

ASSEMBLEIA DOS METALÚRGICOS DEFINE PAUTA PARA NEGOCIAÇÃO DO ACORDO COLETIVO 2014. TRABALHADORES QUEREM UNIFICAÇÃO DOS DIREITOS DOS MECÂNICOS, METALÚRGICOS E SETOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS.

Veja as propostas aprovadas:

- Reajuste salarial:
INPC do período mais aumento real de 4%.
- Piso Salarial:
 - Metalurgia: manutenção da cláusula que prevê que o valor mínimo salarial seja 7,19% acima do piso regional.
 - Mecânicos e máquinas agrícolas: aplicação do índice de 12,72%, usado para a correção do Piso Regional sobre o salário de maio de 2013.

A pauta de reivindicações inclui ainda:

- Auxílio creche, acesso do Sindicato no local de trabalho pelo menos uma vez por mês para a sindicalização dos trabalhadores, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, garantia de duas folgas mensais aos domingos para os trabalhadores que atuam em turnos de revezamento, ampliação da Licença Maternidade para 6 meses, vale transporte sem a participação do trabalhador e proibição da utilização de câmeras de vigilância no âmbito interno das fábricas.



A proposta contém, também, o pedido de renovação de várias cláusulas do Acordo Coletivo anterior. A partir de agora, começa a mobilização da categoria e as rodadas de reuniões para negociação entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores. Para a metalurgia, a primeira reunião entre trabalhadores e patronal está agendada para o dia 28 de abril em Porto Alegre.

CURSO DE FORMAÇÃO PARA DIRIGENTES

Nos dias 26, 27 e 28 de março os diretores Sidnei Sygel, Elton Nunes e Débora Terra de Campos participaram do primeiro encontro de formação em 2014, promovido pela Federação dos Metalúrgicos do RS, ambos estão no segundo ano no curso. Ingressando na turma nova, os diretores Romaci do Amaral e Sylvania Noara também estiveram presentes na primeira etapa do curso que tem duração de dois anos.



VEM AÍ MAIS UM GRANDE EVENTO ESPORTIVO! TORNEIO DE FUTEBOL 7

Dia 26 de abril, sábado, em comemoração ao Dia do Metalúrgico.

Exclusivo para sócios, vá montando a sua equipe!!!

As fichas de inscrição podem ser retiradas na secretaria do Sindicato, com os dirigentes na fábrica ou no ginásio de esportes, até o dia 17 de abril.

METALÚRGICOS DE ERECHIM EM



Nove diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim participaram de uma viagem de intercâmbio e troca de experiências com o Sindicato do ABC de São Paulo entre os dias 24 a 28 de março.

Vários estão no primeiro mandato na direção do Sindicato, por isso, o intercâmbio serviu para conhecer outras experiências e analisar o avanço das relações entre sindicatos e patrões em outros estados do país. Tiveram a oportunidade de acompanhar a eleição sindical dos metalúrgicos do ABC, que no

primeiro turno se dá através das eleições dos comitês sindicais por empresas; conheceram o funcionamento do Comitê Sindical e da Comissão de Fábrica da montadora da Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, e o Comitê Sindical e o Sistema Único de Representação existente na montadora Ford.

Em alguns locais, além de conhecer a organização no local de trabalho, os dirigentes tiveram acesso a todo o processo produtivo. Também tiveram um encontro com o atual prefeito de Santo André, Carlos Grana. O prefeito é metalúrgico, atuou como presidente do Sindicato e presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, e, na vida política, foi eleito deputado estadual em São Paulo.

Durante o encontro o vice-presidente do Sindicato, Selmar Baú entregou um prato, símbolo da campanha "Refeitório Já!", desenvolvida pelos metalúrgicos de Erechim, pela implantação de refeitórios nas empresas.



REFEITÓRIO JÁ! CAMPANHA DO SINDICATO OBTÉM MAIS UMA VITÓRIA

Desde o dia 31 de março, os metalúrgicos da Triel HT tem mais um direito assegurado. A notícia do refeitório, divulgada pela empresa nos meios de comunicação é a resposta à luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho.

Para marcar o primeiro de maio de 2013, centenas de trabalhadores do Distrito Industrial almoçaram na rua, em frente à Triel para protestar contra a política da empresa em não atender as suas reivindicações. Pena que a empresa nunca sentou com o Sindicato para discutir as necessidades dos trabalhadores.



No primeiro de maio de 2013 trabalhadores exigiram refeitório

Triel-HT inaugura refeitório com espaço de descanso e lazer para seus funcionários



O ano de 2014 é tempo de muitas alegrias para a família TRIEL HT, que, ainda em 2014, completa 30 anos de história e conquistas.

Recentemente, inaugurou o tão esperado refeitório com 172 lugares para atender os funcionários de todas filiais, Erechim. O refeitório na parte de baixo tem um amplo espaço de des-



canso e lazer para os funcionários.

Como parceiro, a empresa conta com a Cozinha Industrial Express, que dispõe de cardápios diversos e saborosos que atenderão a todos os gostos.

As atividades iniciaram efetivamente no dia 31 de março, última segunda-feira.

INTERCÂMBIO NO ABC PAULISTA

CONHEÇA UM POUCO SOBRE A ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO ABC PAULISTA A PARTIR DO DEPOIMENTO DOS PARTICIPANTES:

Sobre as diferenças da realidade sindical entre Erechim e São Paulo:

“A diferença está na organização no local de trabalho. Enquanto em Erechim tem empresas que não sentam para discutir refeição, perseguem dirigente sindical na fábrica até mesmo com demissões, lá se chegou a um ponto onde a organização dos trabalhadores se dá na própria fábrica, com os comitês sindicais por empresa, onde todos os problemas existentes são resolvidos na própria empresa com o acompanhamento do Sindicato. Isso acaba melhorando a produção para a empresa, as relações de trabalho, tudo que está relacionado com a saúde do trabalhador, enfim, se percebe que tem bastante avanço em uma categoria que chega a 105 mil trabalhadores”.

Sobre os Comitês Sindicais:

“São eleitos pelos trabalhadores em cada fábrica e o número de integrantes é proporcional ao número de trabalhadores. O Comitê é o sindicato dentro da fábrica, tem uma sala específica, com horário específico para trabalhar a organização dos trabalhadores. O conceito é igual aos dos dirigentes das fábricas daqui, porém com maior liberdade pra se organizar”.

Sobre a qualidade de vida no mercado de trabalho:

“É uma realidade mais avançada. Percebe-se na linha de produção da Mercedes, por exemplo, e em fábricas menores com 300, 400 trabalhadores, que não tem perseguição em relação ao dirigente sindical e os trabalhadores, com chefia que persegue, como acontece aqui. Existe uma relação muito mais aberta, que foi construída com o tempo, através da qual se resolve os problemas na base. Por exemplo: se um trabalhador tem um problema de saúde e tem uma restrição médica ela é respeitada. A CLT determina que aquele trabalhador que entrou em benefício pelo INSS por um acidente ou doença relacionada ao trabalho e retorna à empresa, tem garantia de 1 ano de estabilidade após o retorno. Lá, em algumas empresas tem um acordo que garante a estabilidade até a aposentadoria, então tem empresas que tem até 15% de trabalhadores com estabilidade, mas que estão fazendo uma tarefa que não prejudica ainda mais a sua saúde, e continuam contribuindo com as empresas, sem causar prejuízo. São respeitados, não são descartados, mudam de função, continuam produzindo e tem a garantia de emprego”.

Sobre a qualificação profissional dos trabalhadores:

“O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC possui uma escola do SENAI dentro do próprio sindicato. Antes de começar o curso, o trabalhador passa por um processo de formação social e sindical, em que recebe informações sobre como se dá a relação sindicato/empresa, para que eles tenham entendimento e respeito sobre esta relação. Posteriormente, eles ganham a qualificação no próprio sindicato em parceria com o SENAI, que é uma entidade patronal. Esta parceria permite ao sindicato qualificar os trabalhadores para que possam desenvolver as atividades nas montadoras”.

Como se chega a isso:

“Através da negociação entre o sindicato e as empresas com o apoio e a participação dos trabalhadores. Não só nas empresas multinacionais, mas também nas empresas locais, de autopeças, que produzem peças para as montadoras que estão no ABC paulista. O sindicato não é visto como inimigo da empresa, ao contrário está na empresa para fortalecer e construir uma relação de equilíbrio entre capital e trabalho. É uma nova mentalidade dos empresários, coisa que não se enxerga na maioria das empresas de Erechim”.

ESCLARECIMENTO REFERENTE AO IMPOSTO SINDICAL

Todos os anos no mês de março os trabalhadores com carteira assinada de todo o país são obrigados a pagar o chamado “imposto sindical”. Segundo informações do Ministério do Trabalho: “A contribuição sindical está prevista nos artigos 578 a 591 da CLT. Possui natureza tributária e é recolhida compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro e pelos trabalhadores no mês de abril (relativo ao mês de março) de cada ano.

O art. 8º, IV, de fine, da Constituição da República prescreve o recolhimento anual por todos aqueles que participem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, independentemente de serem ou não associados a um sindicato. Tal contribuição deve ser distribuída, na forma da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à “Conta Espe-

cial Emprego e Salário”, administrada pelo MTE. O objetivo da cobrança é o custeio das atividades sindicais e os valores destinados à “Conta Especial Emprego e Salário” integram os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Compete ao MTE expedir instruções referentes ao recolhimento e à forma de distribuição da contribuição sindical. (Fonte: Site do Ministério do Trabalho e Emprego). Informações sobre o tema também podem ser conferidas diretamente pelo trabalhador no portal de notícias do Senado Federal, através do link: <http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/contribuicao-sindical>

Atenção trabalhadores!

Tais esclarecimentos são necessários, pois na época do desconto do imposto sindical, que geralmente não é bem vindo, aqueles

que têm postura contrária às atividades sindicais se aproveitam para fomentar os ânimos contrários à sindicalização dos trabalhadores. Inclusive atribuindo injustamente ao sindicato a “culpa” pela obrigatoriedade do desconto da referida contribuição do salário do trabalhador. Por ser obrigatório o desconto do imposto pelos empregadores e seu repasse ao sindicato este nada pode fazer para impedi-lo. Apenas, como todos sabem, o Sindicato dos Metalúrgicos de Erechim tem por costume, todos os anos, restituir ao trabalhador sócio o valor que retorna a esta entidade (pois não recebemos a integralidade do desconto).

Portanto, você trabalhador que é sócio do sindicato, guarde sua folha de pagamento do mês de março para receber a restituição do imposto sindical que será feita no mês de julho.

Em 1º de abril de 1964, um golpe de estado derrubou o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura no Brasil. O regime autoritário militar durou até 1985. Censura, exílio, repressão policial, tortura, mortes e “desaparecimentos” eram expedientes comuns nesses “anos de chumbo”. Porém, apesar de toda documentação e testemunhos que provam os crimes cometidos durante o Estado de exceção, tem gente que acha que naquela época “o Brasil era melhor”. Mas pesquisas da época – algumas divulgados só agora, graças à Comissão Nacional da Verdade – revelam que o período não trouxe tantas vantagens para o país.

1. “A ditadura no Brasil foi branda”

Direitos fundamentais do ser humano eram constantemente violados por aqui: torturas e assassinatos de presos políticos – e até mesmo de crianças – eram comuns nos “porões do regime”. Esses crimes contra a humanidade, hoje, já são admitidos até mesmo pelos militares. Para quem, mesmo assim, acha que foi “suave” a repressão, um estudo do governo federal analisou relatórios e propõe triplicar a lista oficial de mortos e desaparecidos políticos vítimas da ditadura militar. Ou seja: de 357 mortos e desaparecidos com relação direta ou indireta com a repressão da ditadura (segundo a lista da Secretaria de Direitos Humanos), o número pode saltar para 957 mortos.

2. “Tínhamos educação de qualidade”

Segundo o estudo “Mapa do Analfabetismo no Brasil”, do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), do Ministério da Educação, o Mobral (Movimento Brasileiro para Alfabetização) fracassou. O Mobral era uma resposta do regime militar ao método do educador Paulo Freire – considerado subversivo -, empregado, já naquela época, com sucesso no mundo todo. Mas os problemas não paravam por aí: com o baixo índice de investimento na escola pública, as unidades privadas prosperaram. E faturaram também. Esse “sucateamento” também chegou às universidades: foram afastadas dos centros urbanos – para evitar “baderna” – e sofreram a imposição do criticado sistema de crédito.

3. “A saúde não era o caos de hoje”

Para começar, o acesso à saúde era restrito: o Inamps (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) era responsável pelo atendimento público, mas só era atendido quem tinha carteira de trabalho assinada. O tão criticado SUS (Sistema Único de Saúde) – que hoje atende cerca de 80% da população – só foi criado em 1988, três anos após o fim da ditadura.

4. “Não havia corrupção no Brasil”

Não havia conselhos fiscalizatórios e, depois da dissolução do Congresso Nacional, as contas públicas não eram sequer analisadas, quanto mais discutidas. Além disso, os militares investiam bilhões e bilhões em obras faraônicas – como Itaipu, Transamazônica e Ferrovia do Aço -, sem nenhum controle de gastos. Experimente jogar no Google termos como “Caso Halles”, “Caso BUC” e “Caso UEB/Rio-Sul” e você nunca mais vai usar esse argumento.

5. “Os militares evitaram a ditadura comunista”

É fato: o governo do presidente João Goulart era constitucional. Seguiu todo à risca o protocolo. Ele chegou ao poder depois da renúncia de Jânio Quadros, de quem era vice. Em 1955, foi eleito vice-presidente com 500 mil votos a mais que Juscelino Kubitschek. Porém, quando Jango assumiu a Presidência, a imprensa bateu na tecla de que em seu governo havia um “caos administrativo” e que havia a necessidade de reestabelecer a “ordem e o progresso” através de uma intervenção militar. Pesquisas feitas pelo Ibope às vésperas do golpe, em 31 de março, mostram que Jango tinha um amplo apoio popular, chegando a 70% de aprovação na cidade de São Paulo. Esta pesquisa, claro, não foi revelada à época, mas foi catalogada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

6. “O Brasil cresceu economicamente”

Um grande legado econômico do regime militar é indiscutível: o aumento da dívida externa, que permaneceu impagável por toda a primeira década de redemocratização. Em 1984, o Brasil devia a governos e bancos estrangeiros o equivalente a 53,8% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Sim, mais da metade do que arrecadava. A distribuição de renda se polarizou: os 10% dos mais ricos que tinham 38% da renda em 1960 e chegaram a 51% da renda em 1980. Já os mais pobres, que tinham 17% da renda nacional em 1960, decaíram para 12% duas décadas depois. Quer dizer, quem era rico ficou ainda mais rico e o pobre, mais pobre que antes. Outra coisa que piorava ainda mais a situação do população de baixa renda: em pleno milagre, o salário mínimo representava a metade do poder de compra que tinha em 1960.

7. “As igrejas apoiaram”

Sim, as igrejas tiveram um papel destacado no apoio ao golpe. Porém, em todo o Brasil, houve religiosos que criaram grupos de resistência, deixaram de aceitar imposições do governo, denunciaram torturas, foram torturados e mortos e até ajudaram a retirar pessoas perseguidas pela ditadura no país. Inclusive, ainda durante o regime militar, uma das maiores ações em defesa dos direitos humanos – o relatório “Brasil: Nunca Mais” – originou-se de uma ação ecumênica, desenvolvida por dom Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor presbiteriano Jaime Wright.

8. “Durante a ditadura, só morreram vagabundos e terroristas”

Dizem que quem não pegou em armas nunca foi preso, torturado ou morto pelas mãos de militares. Provavelmente, quem acredita nisso não coloca na conta o genocídio de povos indígenas na Amazônia durante a construção da Transamazônica. Segundo a estimativa apresentada na Comissão da Verdade, 8 mil índios morreram entre 1971 e 1985. Isso sem contar as outras vítimas da ditadura que não faziam parte da guerrilha. É o caso de Rubens Paiva que morreu durante a tortura. A verdade sobre a morte do político só veio à tona em 2014.

9. “Todos os militares apoiaram o regime”

Ser militar na época não era sinônimo de golpista, claro. Houve focos de resistência em São Paulo, no Rio de Janeiro e também no Rio Grande do Sul, apesar do contragolpe nunca ter acontecido.

10. “Naquele tempo, havia civismo e não tinha tanta baderna como greves e passeatas”

Quando os militares assumiram o poder, uma das primeiras medidas que tomaram foi assumir a possibilidade de suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. Com isso, as representações sindicais foram duramente afetadas e passaram a ser controladas com pulso forte pelo Ministério do Trabalho, o que gerou o enfraquecimento dos sindicatos, especialmente na primeira metade do período de repressão. Afinal, para que as leis trabalhistas vigorem, é necessário que se judicializem e que os patrões as respeitem. Os sindicatos passaram a ser compostos mais por agentes do governo que trabalhadores. E os direitos dos trabalhadores foram reduzidos à vontade dos patrões. Passeatas eram duramente reprimidas.

